



**COMISSÃO DE INVESTIMENTOS DA SUSEP (CIS)**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

**(INÍCIO – 14:00h, TÉRMINO – 16:00h)**

**PARTICIPANTES:**

**Representantes da SUSEP:**

Geraldo de Carvalho Baeta Neves Filho (CGMOP), Denis Barreira Batista (COMAT), Maurício Martins Martinez (COMAT) e Fabiano D'Angelo de Donato (CGRAL)

**Representante da SPE/MF:**

Elton Menezes do Vale

**Representantes da FENAPREVI:**

Rogério Januário Calábria e Marcelo Otávio Wagner

**Representante da FENSEG:**

Roberto Santiago Takatsu

**Representante da FENACAP:**

Mário R Amigo, Geraldo S. Marinho e Gustavo Rezende Vieira

**Representante da CNSEG:**

Alexandre Leal

**Representante da FENABER:**

Rodrigo Botti

**Representantes da ANBIMA:**

Luiz Filipe De Cristofaro Avelino

**Representantes da BM&FBovespa:**

Regio Martins

**Representantes do IBA:**

Leonardo Camozzato e Marcelo Estácio Silvestre Gonçalves

### **1) Abertura**

O representante da COMAT abriu a reunião dando conhecimento a todos os participantes das alterações no comando da DISOL e da CGMOP, que foram assumidos pelos Srs. Cássio Kelly e Geraldo Baeta, respectivamente.

### **2) Revisão do Título II do Capítulo II da Res CNSP 321/15**

O Coordenador da COMAT enumerou os pontos de alteração na Res. CNSP 321/2016 identificados pela Coordenação.

No que diz respeito aos investimentos dos FIEs previdenciários em ativos de emissão da seguradora/entidade ou ligadas foi levantada a possibilidade de retirar tal restrição e substituí-las por algum tipo de limite.

O representante da COMAT informou que as propostas poderiam ser levantadas, mas que não acreditava no sucesso de uma proposta de alteração desse tipo.

Os representantes do mercado aproveitaram para questionar se os representantes da Susep teriam algum conhecimento do andamento do processo de alteração das Circulares Susep 338 e 339. A representante da COMAT informou que não tinha notícias da evolução deste assunto que fica no âmbito da Diretoria de Conduta. Por outro lado, se comprometeu a detalhar o assunto ao Coordenador-Geral da CGMOP e ao Diretor da DISOL para que eles pudessem levantar mais informações junto à Diretoria de Conduta.

### **3) Cartilha de Investimentos**

O coordenador da COMAT destacou que, conforme acordado na última reunião da CIS, foram realizadas 4 reuniões entre Susep e CNSeg com o intuito de incluir na Cartilha de Investimentos os esclarecimentos sobre regras das normas de investimento que ainda geravam dúvidas nos participantes do mercado supervisionado.

Como resultado das reuniões a Cartilha foi incrementada com novas questões (26 a 33) e respectivas respostas. Sendo que as questões 32 e 33 ainda não constavam da versão da cartilha disponível no site da Susep, pois dependiam de pequenos ajustes que vinham sendo trabalhados.

Pontuou-se que, dentre os tópicos levantados como prioritários, apenas aquele relativo à alavancagem com derivativos ainda não tinha sido abordado na cartilha por ser mais complexo que os demais. Ainda assim, o representante da COMAT destacou que teve uma reunião com representantes da ANBIMA para tratar do assunto derivativos e que aguardava apenas uma posição da ANBIMA sobre uma questão levantada na reunião para poder elaborar as redações da pergunta e resposta que serão incluídas na Cartilha.

O representante da Fensseg indagou se existia algum motivo para a ausência dos *Globals* e *Eurobonds* (títulos do governo brasileiro emitidos no exterior) na lista de ativos que consta da Cartilha. O Coordenador da COMAT informou que avaliaria a inclusão destes ativos na lista.

### **4) Investimentos em Moeda Estrangeira**

Os representantes do mercado ressaltaram que as empresas Clearstream e Euroclear dispõem dos ativos que interessam ao mercado e a princípio atenderiam às exigências da Susep no que diz respeito a geração de informações dos investimentos e da possibilidade de bloqueio dos mesmos. Assim, cada supervisionada procuraria a Depositária que melhor atendesse às suas necessidades.

O representante da Fenseg comentou que entendia que a vinculação dos investimentos no exterior já estaria permitida, mesmo não havendo ainda uma estrutura para a vinculação via Depositárias internacionais.

O representante da COMAT afirmou que num primeiro momento entendia ser possível a aceitação para fins de cobertura os ativos emitidos no exterior que não estivessem depositados em contas próprias para tal fim, desde que comprovados por meio da devida documentação. Porém, se o volume desses investimentos se tornasse muito grande antes que a infraestrutura de vinculação estivesse pronta a Susep teria que tomar providência para limitá-los. Assim, destacou que contava com a atuação dos participantes do mercado junto às câmaras depositárias, para que o modelo de vinculação nos moldes definidos pela Susep seja implantado o quanto antes.

Foi observado também que existem ativos emitidos no exterior que são previstos na Res CMN 4.444/2015, mas para os quais não há a possibilidade de registro ou depósito nas câmaras depositárias, a exemplo dos *Time Deposits*.

## **5) Estudo para a inclusão dos Treasury Bonds no Rol de Ativos Garantidores**

Conforme havia sido acordado em reuniões anteriores da CIS, a Fenaber encaminhou aos participantes da CIS um estudo sobre medidas indicadas para que o Brasil se estabeleça como polo exportador de resseguros. Entre elas encontra-se a inclusão dos Treasury Bonds na lista de ativos aceitos para fins de cobertura de provisões técnicas em moeda estrangeira.

O representante da CNSeg pontuou que a proibição do investimento em Treasuries é incoerente haja visto que a Res. CMN 4.444/2015 permite investimentos em ativos de emissão privada no exterior, que em teoria apresentam risco superior aos títulos de emissão pública.

## **6) Ajustes da Res CMN 4.444/2015**

O representante da COMAT apresentou uma lista com pontos da Res CMN 4.444 que precisam ser corrigidos.

Além dos tópicos de correção, dois pontos veem sendo fonte de questionamentos frequentes e por isso a Susep entende que merecem ser discutidos de forma mais aprofundada para que se tome uma decisão definitiva sobre se será mantida a redação atual ou se seria apropriada uma alteração da norma. Os pontos tratam de:

- Fundos com previsão de patrimônio líquido negativo
- Método de apuração da exposição de Derivativos.

O representante da COMAT solicitou aos representantes do mercado a elaboração de um dossiê com os argumentos a favor das alterações para que sirva de embasamento em uma discussão que no entendimento da Susep deveria envolver Susep, SPE, CVM e possivelmente outros órgãos que tenham interesse na norma (ANS, Previc, BCB, Tesouro).

#### **7) Agenda da Comissão Para 2017**

A Susep propôs como agenda para 2017 a conclusão dos assuntos que já vêm sendo tratados na CIS.

Além disso levantou-se a possibilidade de incluir-se na agenda a permissão para que as supervisionadas aluguem ações e títulos públicos.